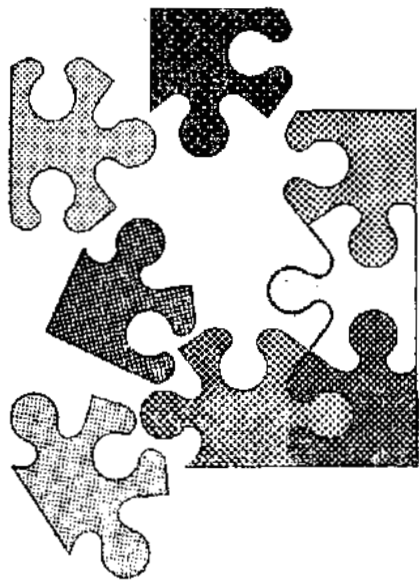


BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Sociologia e Antropologia

Soc
pa
pa



Edson de Oliveira Nunes
(organizador)

A Aventura Sociológica

Objetividade, Paixão, Improvisação e
Método na Pesquisa Social

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

Da Ignorância Específica (ou da Estética Sociológica)

EDMUNDO CAMPOS COELHO

Em 1975 participei de um estudo interdisciplinar sobre planejamento urbano na dupla função de diretor de projeto e pesquisador.¹

Antes de prosseguir neste relato, devo confessar que na época era absoluta minha ignorância sobre o tema da pesquisa. Entretanto, uma conjunção de fatores, dentre os quais uma desconcertante e incômoda carência financeira não era dos menos importantes, levaram-me a aceitar a responsabilidade pela condução do projeto. Menciono o fato apenas para iluminar este racoconto com o esclarecimento de uma circunstância que, genérica e prosaica, raramente é admitida por essa curiosa espécie constituída pelos cientistas sociais.

Seja como for, do momento em que assumi ambas as funções o eventual sucesso do projeto passava a depender da resposta que pudesse encontrar para a seguinte questão: como colocar a ignorância a serviço do conhecimento? É certo que a ignorância pode às vezes funcionar como estímulo para a busca de conhecimento, e na literatura sociológica existe até mesmo um trabalho que versa sobre as funções sociais da ignorância. Eu o li à procura de conforto e orientação, mas infelizmente o argumento dos autores

1. Dimensões do Planejamento Urbano (Rio de Janeiro: Convênio MIN-TER-IUPERJ, 1975). Participaram da equipe interdisciplinar Maria Aparecida Alves Hime, Elisa Mendes de Almeida, Almir Fernandes e Alvaro Pessoa. Cada um deles terá sua versão própria do projeto e da experiência de pesquisa. Não são obviamente responsáveis pelos conceitos, avaliações e opiniões aqui emitidos.

TOMB./93

Reg. 038.819

Sist. Bibliotecas / UFES

não se aplicava ao meu caso. De qualquer forma, a solução eu não a encontraria em dissertações teóricas, mas na prática.

Este artigo, incidentalmente, trata dessa experiência particular e constitui um honesto esforço de justificação *a posteriori* da ignorância. Para ser preciso, não de qualquer ignorância, mas daquele tipo ao qual nos referimos ao dizer: "sou ignorante neste assunto", ainda que tal assertiva possa realmente se aplicar a uma vasta gama de assuntos. Mas utilizando uma fórmula corrente nos escritos sociológicos, digamos que este ponto é irrelevante para os propósitos deste trabalho. Chamemos, pois, de *ignorância específica* a tal tipo, notando, todavia, que sua dimensão mais característica está no fato de só admitir um valor. Ou seja: é ignorância específica, mas absoluta.

Na época, diga-se de passagem, eu não teria tido o destemor de admitir com tal candidez de espírito a posse de tão criticável estado de carência. O mais provável, e também o mais correto segundo as normas de boa conduta profissional, teria sido que dissesse: "este assunto não é minha especialidade". Com o que teria sugerido ao meu imaginário interlocutor a posse de conhecimento especializado e abissal, provavelmente de natureza esotérica, ao mesmo tempo resguardando a comunidade de sociólogos das suspeitas de incompetência genérica. Pois a especialização não implica em que os sociólogos não possam penetrar no mercado das idéias gerais e usufruir dos almejados espaços nas páginas do *IB* (sobretudo, *Caderno Especial dos domingos*), das revistas semanais (*Vêja* e *Isto É*, em ordem variável) e, por que não, de horários nobres da televisão (*Jornal Nacional* e *Fantástico*, nesta ordem).

Faço aqui uma pausa para confessar um artifício. Ao erigir a ignorância específica e absoluta em legítimo tema de dissertação sociológica, virtualmente em categoria metodológica, atribuo-lhe um certo *status científico* que me permite discutir a minha própria num plano elevado. A época da pesquisa, entretanto, tal recurso não me ocorrera, causando-me alguns dilemas. Ora, seguindo todos os cânones da boa metodologia científica, a ignorância específica e absoluta — na verdade, qualquer tipo de ignorância — não permite a escolha de qualquer método ou técnica de investigação na medida mesma em que algum conhecimento prévio sobre o objeto do inquérito é condição necessária, ainda que não suficiente, para a correta decisão metodológica. Traduzindo: existe uma correlação positiva e alta entre ignorância e ausência de metodologia, o que era exatamente meu caso. Pode-se ver, pois, quão crítica era a situação, e o melhor a fazer era mesmo ir a campo e iniciar os trabalhos de uma forma ou outra.

As oito horas de uma manhã de sol carioca embarcamos num jato da Cruzeiro, eu e a assistente de pesquisas, também ela portadora da mais genuína ignorância específica e absoluta.

O Projeto

Em 1975 o Ministério do Interior (MINTER) contratou ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) um estudo sobre o planejamento urbano de Curitiba. Aparentemente, este era um caso único de planejamento bem sucedido a julgar pelos depoimentos de especialistas que a imprensa carioca diariamente veiculava. Curitiba transformara-se de súbito no paradigma da "cidade humanizada" com seus metros de área verde *per capita*, ruas de pedestres, equipamentos de recreação e lazer, trânsito disciplinado e sistema de transporte de massa a fluir por vias urbanas hierarquizadas, projetos culturais e o mais que seja. Também os "intelectuais ecológicos" não se furtavam às comparações entre o paraíso curitibano e o inferno carioca, fazendo prever seu êxodo em massa, o que teria provavelmente ocorrido não fosse pela impossibilidade de transplantar para o Paraná pelo menos o caos da Zona Sul do Rio de Janeiro.

Para a equipe de pesquisa a tarefa era a de formular uma explicação convincente para tal sucesso. Que fatores fizeram de Curitiba um caso bem sucedido de planejamento urbano? E como esta experiência poderia ser aproveitada, pelo menos de modo indicativo, para a elaboração e implementação de planos em outras localidades urbanas?

Vê-se por aí que o projeto era, rigorosamente, um estudo de caso. Não era, por outro lado, "acadêmico". Foi-lhe dada uma conotação prática no sentido de que o produto final deveria supostamente conter orientações para políticas de planejamento. Não havia o propósito de testar hipóteses teóricas, nem se imaginava que do estudo se extraísse uma teoria sobre planejamento urbano. Não admira, pois, que o projeto não tivesse despertado o mínimo interesse entre os professores do IUPERJ, e tivesse considerável repulsa entre os estudantes por sua "impureza" — em vários sentidos — e pragmatismo.

A semelhança de outras agências públicas que financiam ou contratam pesquisa, o MINTER solicitou a apresentação de uma proposta que detalhasse o projeto. Este documento foi elaborado numa linguagem tão abstrata que servia tanto para o "caso Curitiba" quanto para o de Bom Jesus do Galho. Dissertava, em altos vócos teóricos, sobre o "sistema" urbano e os "subsistemas"

jurídico, administrativo, técnico e político. Referências ligeiras à utilização de entrevistas e à análise de documentos constituíram sua parte "metodológica". Em suma, era um bom documento. E ao aprová-lo os tecnocratas do MINTER subscreveram, sem o saber, a premissa hoje plenamente confirmada de que a qualidade de uma pesquisa nada tem a ver com, por exemplo, a metodologia proposta, mas com a metodologia elaborada ao longo da execução de um projeto.

A Conexão Burocrática

O prazo para a entrega do relatório final foi fixado em doze meses a contar da publicação do convênio no Diário Oficial. E as parcelas de pagamento seriam liberadas somente após o recebimento e avaliação técnica de relatórios parciais trimestrais. Isto implicava em viagens a Brasília e em desconcertantes encontros com a tecnocracia ministerial para liberação das parcelas.

Ainda tenho vívido na memória o cenário de um amplo gabinete e a figura de um técnico ministerial que sentado numa poltrona defronte à minha folheava com inquietante rapidez os relatórios parciais. O exame mais prolongado consistia quase sempre em fechar o volume e avaliar de vários ângulos a sua espessura, sopesá-lo numa das mãos como se na outra estivesse um gordo cheque. Era esta a prova da balança que, segundo parecia-me, incluía-se sempre, na mente tecnocrática, ao peso do imaginado cheque.

Esta nunca era uma avaliação definitiva, embora nunca tenha sabido por quais outros gabinetes passava o frágil produto de nossa sapiência ou por quais outras sensíveis mãos era ele sopesado. Entretanto, e para manter a linha de honesta sinceridade deste depoimento, ficou-me sempre a impressão de que a despeito de todo este ritual jamais os relatórios foram lidos por quem quer que seja no MINTER. Na verdade, continua a ser um mistério insondável as razões da contratação do estudo que jamais foi divulgado sob qualquer forma. Simplesmente perdeu-se no labirinto tecnocrático.

A Equipe

A equipe de pesquisa foi se formando aos poucos. Primeiro, o diretor do projeto, um sociólogo, e a assistente com pós-graduação em ciência política; depois, um arquiteto-urbanista e um advogado com interesse em legislação sobre usos do solo e relações

entre níveis de governo; e finalmente, uma geógrafa com experiência em estudos de regiões metropolitanas. Com exceção do diretor do projeto e da assistente, que pertenciam aos quadros do IUPERJ, os demais iriam se encontrar pela primeira vez no decorrer do projeto.

Embora as razões, na época, tivessem sido outras, o fato de que a incorporação de todos os pesquisadores não tenha se dado de uma só vez facilitou o trabalho de coordenação. Apenas quando um determinado aspecto da questão tornava-se relevante ou recorrente decidia-se pela incorporação do pesquisador competente para abordá-lo; sua assimilação ao grupo tornava-se mais fácil, se não por outras razões pelo fato de que encontrava uma situação mais estruturada em termos de informações já coletadas. Era-lhe geralmente solicitada respostas a questões formuladas com base no conhecimento já adquirido, para o que colocava-se à sua disposição os recursos necessários e toda a "memória" da equipe. Este procedimento não planejado resultaria, sem que qualquer de nós o desejasse conscientemente, em que as linhas básicas da pesquisa, a orientação geral do inquérito e as ênfases fossem definidas e hierarquizadas segundo a ordem de incorporação dos pesquisadores ao projeto. Sucessivamente, ao se incorporar à equipe, cada um deles já encontrava terreno mapeado, questões formuladas e outras já respondidas, decisões tomadas; enfim, etapas já vencidas que não comportavam reformulações profundas sob pena de atrasos irreparáveis nos cronogramas.

Os relatórios parciais também serviram como um importante elemento de coordenação. Este tipo de documento é normalmente considerado pelas equipes de pesquisa como um estorvo imposto pelo cliente para efeitos de acompanhamento e avaliação. Sua elaboração consome tempo precioso e o conteúdo é, pela própria natureza do documento, pouco sistematizado e articulado já que as informações são ainda incompletas, algumas até mesmo incorretas nas etapas iniciais do inquérito. Em síntese, relatórios parciais não constituem base adequada para avaliação dos estágios da atividade de pesquisa, muito menos para prognósticos sobre resultados finais. Podem ser, todavia, um instrumento eficiente para coordenação interna das equipes.

No estudo do "caso de Curitiba" a elaboração dos relatórios parciais era uma atividade particularmente absorvente dada a diversidade de enfoques disciplinares. Para que o documento não resultasse numa colcha de retalhos mal alinhavada, numa mera soma de contribuições individuais, era necessário um esforço considerável de integração de perspectivas. A redação desses document-

tos, tanto quanto a do relatório final, ficou a cargo do diretor do projeto. Por aí já se alcançava certa homogeneidade de linguagem, o que exigiu não raras vezes discussões preliminares com cada especialista. Estabelecer os elos entre as contribuições individuais com o propósito de dar unidade a cada documento requeria um trabalho contínuo de "tradução" de perspectivas, de interpretação de intenções e significados, um diálogo permanente ao qual não faltou até mesmo certo esforço de persuasão. Mas elaborado o relatório parcial, tínhamos um ponto de referência objetivo para orientar a reflexão crítica e as fases seguintes do projeto. Surpreendentemente, cada relatório parcial integrava-se facilmente com os anteriores de tal forma que o perfil do relatório final ia se desenhando progressivamente.

Ainda que à época o fato não despertasse minha atenção, parece-me hoje que houve uma excessiva centralização no cargo do diretor. Creio que foi algo inevitável, sobretudo porque os pesquisadores, com exceção do diretor e a assistente, não eram membros do IUPERJ, exerciam atividades profissionais em organizações diferentes e não podiam nem mesmo comparecer diariamente à sede da pesquisa. Não foram frequentes as reuniões de toda a equipe. O procedimento normal, que surgiu espontaneamente, consistia em reuniões do diretor com cada pesquisador, oportunidade em que eram debatidas tanto a contribuição individual, sob a forma de minutos de trabalho, quanto aspectos gerais do projeto e orientações a seguir no trabalho subsequente de cada um. Ocasionalmente, outros debates paralelos eram realizados entre a assistente e os pesquisadores. Na verdade, aquela se tornara um elemento central da equipe pelo conhecimento detalhado de todos os aspectos do projeto e contribuições sempre pertinentes à análise dos dados e informações.

A avaliação retrospectiva da forma pela qual a equipe se estruturou e operou sugere algumas observações adicionais, ainda que formuladas de uma perspectiva muito pessoal. Por exemplo, se a centralização a que nos referimos foi em ampla medida inevitável, nem por isso deixou de refletir a inexperiência da equipe em vários aspectos. Por exemplo, ficou explícito em diversas ocasiões que os pesquisadores "delegavam" ao diretor uma margem excessiva de arbítrio na condução do projeto sob a alegação de que nenhum deles tivera qualquer experiência prévia em pesquisa. Por verdadeiro que fosse o argumento, resultou na prática em redução excessiva do grau de participação e envolvimento dos pesquisadores, sobretudo na parte relativa à integração e unificação das contribuições individuais. Reuniões mais frequentes da equipe

teriam promovido uma participação mais efetiva dos especialistas no processo de "tradução" de enfoques, um esforço mais delibinado de apreensão das várias dimensões analíticas do caso em estudo. Em síntese, teria sido evitada ou reduzida a predominância da "visão de túnel", excessivamente especializada, das contribuições individuais. Tal como se fez, era inevitável a ênfase nas dimensões sociológica e política do "caso de Curitiba", menos por força de uma orientação propositalmente imposta pelo diretor do que por sua inabilidade e inexperiência na condução de um projeto interdisciplinar.

A incorporação simultânea de todos os pesquisadores na equipe teria provavelmente contribuído para a integração mais harmoniosa dos diferentes enfoques especializados. Os custos desta alternativa teriam sido, todavia, muito altos dado que a primeira etapa da pesquisa deveria ser, por necessidade, exploratória, de mapeamento de questões, de prospeção *in loco* de possibilidades. Do orçamento constavam recursos para determinado número de viagens a Curitiba, mas a alocação das cotas entre os pesquisadores implicava em certas decisões estratégicas. Se reuníssemos a equipe de uma só vez ou nos punhamos todos a viajar, com breves intervalos entre um pesquisador e outro, com o que regressaríamos com diferentes fatias de informações superficiais e desconexas, ou destacaríamos um de nós para um levantamento preliminar intensivo e aprofundado, com o que o restante da equipe ficaria ociosa. No primeiro caso, corríamos o risco de esgotar rapidamente nossas cotas de viagem na fase meramente exploratória e com resultados de valor questionável; no segundo, pagaríamos salários virtualmente por nada. Em ambos os casos, os custos de manutenção de toda a equipe seriam altos e não prometiam retorno satisfatório. Tudo isto talvez não constituísse problema sério não fosse pelo fato de que não tínhamos como prever, mesmo aproximadamente, a duração da fase exploratória por absoluta carencia de conhecimento sobre o "caso de Curitiba". Desta forma, não havia como promover reuniões preliminares para definir o que explorar no trabalho de campo nesta fase inicial, e distribuir tarefas. Simplesmente não tínhamos nada para dekarater e discutir.

Decidi, assim, constituir uma expedição exploratória a Curitiba da qual participavam eu e a assistente. E veríamos depois o que fazer.

O Trabalho Inicial de Campo

Quando desembarcamos no aeroporto de Curitiba tomamos naturalmente a única decisão que nos ocorreu: a de procurar acomodar

dações num hotel. Decisão tão prosaica em terra estranha deu-nos, entretanto, uma reconfortante sensação de competência e tratamos de implementá-la com a maior gravidade.

Havíamos, no Rio, tentado obter através da representação de Estado do Paraná qualquer material sobre o planeamento urbano de Curitiba. Tudo que conseguimos foram publicações graficamente perfeitas, mas absolutamente inúteis como fonte de informações técnicas. No SERFHAU sabiam menos do que nós, o que era surpreendente dada a natureza deste órgão. Tentamos outras agências que a lógica e o bom senso — e, depois, o desespero — indicaram como prováveis informantes: BNH, IBAM, IBGE, etc. Uma importante experiência de planeamento urbano, amplamente divulgada na imprensa diária, estava em plena execução e *minuagem*, nenhuma órgão público com atuação ou responsabilidade direta ou indireta na área sabia coisa alguma a respeito.

Já no hotel, decidimos seguir a via mais simples e óbvia de investigação. Simplesmente transferir aos agentes locais encargados do planeamento da cidade a questão que o MINTER nos propusera como tema da pesquisa. Teríamos, desta forma, um ponto de partida concreto, pelo menos uma versão sobre a qual pudéssemos iniciar o trabalho. Começaríamos por entrevistar algumas personalidades oficiais cujos nomes estavam em destaque na imprensa carioca.

Aquela seria certamente uma versão oficial dos fatos. E segundo principio de fé vigente entre sociólogos, o que é oficial será, para dizer o mínimo, menos fidedigno do que informações ou versões provenientes de outras fontes. Esta "dimensão conspiratória" na metodologia supõe a premissa de que, até prova em contrário, os indivíduos, sobretudo os que ocupam posições de poder e autoridade, estão predispostos à mentira, ao cinismo, ao serviço de interesses escusos e à distorção premeditada dos fatos, tudo isso em contraste com o idealismo, a pureza de sentimentos e o amor à verdade que caracterizam os sociólogos. Desta forma, um atestado inequívoco de competência metodológica consistiria em descobrir numa entrevista a dimensão "oculta" dos fatos que seria quase sempre de natureza conspiratória: inverdades, sofismas, ânsias de poder, transações ambíguas e outras misérias. Tal procedimento nada tem a ver com a utilização da dúvida sistemática como princípio metodológico ou com o emprego legítimo de técnicas para aferição de validade de informações.

Seja como for, não tínhamos outra alternativa a não ser a de tomar como provisória a versão oficial sobre os fatores do sucesso do planeamento urbano de Curitiba. Além dessa questão, e para

não expor nossa total ignorância sobre os fatos, incluímos uma outra que certamente superou nossas modestas expectativas: o que os entrevistados pensavam sobre o Plano Agache? Por esta razão não deles esperava! E somente quem estivesse muito bem informado poderia mencionar um Plano formulado na década de quarenta!

Tomamos conhecimento deste Plano Agache — mas de nenhum dos seus detalhes técnicos — de maneira inteiramente fortuita. Lendo sobre a pesquisa num dos jornais do Rio, procuramos um cavaleiro que tomamos por consultores de planeamento viera sondar as possibilidades de utilizarmos os serviços de sua firma que participara na formulação do Plano Agache. Esclarecido sobre o equívoco, deixou-nos algumas fotocópias de desenhos técnicos.

Mas ao mencionarmos o Plano Agache aos entrevistados fornecíamos, sem o saber, um marco que os estimulava automaticamente a historiar, com maior ou menor precisão e riqueza de detalhes, o processo de planeamento urbano de Curitiba. Porque o Plano Agache fora o primeiro esforço planejado de ordenamento físico da expansão da cidade. Tudo o que viera posteriormente fora consequência da insatisfação com aquele Plano, num esforço permanente de dotar a cidade de um conjunto de diretrizes mais amplas e eficazes para sua expansão. Descobrimos assim que entráramos em campo no final de uma das últimas etapas de um processo que já era velho de mais de 30 anos!

Com toda certeza, não estavam endereçadas a este esforço de mais longa duração as los dos técnicos em planeamento e dos "intelectuais ecológicos". Quanto mais não seja porque neste período os insucessos, as frustrações, os erros e indecisões foram inúmeros ao longo das administrações municipais nele compreendidas. Para a elite bem pensante o "planeamento urbano de Curitiba" era, ao contrário, produto de uma administração apenas, quase da liderança de um indivíduo apenas, um conjunto de decisões técnicas e administrativas plenas de racionalidade, lineares no seu encadeamento e alimentadas por uma rara preocupação com o bem público, com a qualidade da vida urbana, etc., etc. Nesta percepção idealizada e segmentada do planeamento confundia-se uma de suas etapas com todo o processo, transformava-se esta fase no paradigma do processo e não ocorria a ninguém inquirir sobre o próprio processo.

Também os entrevistados não identificavam o processo mais longo com o "planeamento urbano de Curitiba". No discurso de todos o planeamento fora aquilo que se fizera durante a última

administração municipal. Tudo o que lhe era anterior compreendia o período das forças negativas, fossem estas a incompetência, as egoísticas ambições pessoais, os interesses turvos e, sobretudo, a política mírda e irresponsável a interferir com a "racionalidade técnica" dos planejadores.

Estas primeiras percepções foram colhidas em entrevistas gravadas com o pessoal mais graduado das agências municipais direta ou indiretamente ligadas ao planejamento. Posteriormente, ao analisar as transcrições pudemos verificar que, no conjunto, continham uma verdadeira teoria do planejamento, surpreendentemente bem articulada e consistente. Nesta primeira excursão a Curitiba coletamos também um vasto número de documentos: organogramas da administração municipal em vários períodos, leis de uso do solo, relatórios de administrações, mapas de natureza diversa, seqüências cronológicas de dados sobre as finanças do município, cópias de atas das reuniões da agência do Plano, etc.

O acesso a esta documentação foi extremamente facilitado pela receptividade de todos às nossas solicitações, o mesmo sucedendo com relação às entrevistas. Mas apesar desta genuína disposição em informar e depor, receio que as circunstâncias teriam sido outras fosse o nosso projeto um estudo de planejamento fraccassado.

Pontos de Ancoragem

Durou uma semana essa primeira incursão ao campo. De volta ao Rio, iríamos digerir a volumosa documentação e um bom número de gravações. Esperávamos obter o suficiente para elaborar questões mais precisas, entrevistas futuras mais estruturadas e, simultaneamente, reduzir o grau de nossa ignorância específica.

Mas já estávamos convencidos da necessidade de reconstruir tão detalhadamente quanto possível todo o processo que viera se desenvolvendo desde a elaboração do Plano Agache. Havíamos encontrado indicações inequívocas de que tal reconstrução era essencial, entre elas as circunstâncias da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e da formulação do Plano Diretor, que evoluiu de um Plano Preliminar datado de alguns anos atrás. Por outro lado, alguns dos personagens associados a estes e outros empreendimentos haviam deixado a cena e julgávamos necessário colher seu depoimento. Mas a razão fundamental para a ênfase na reconstrução do processo, por contrastar com um enfoque nos seus "produtos", só nos ocorreu na medida em que examinávamos o material coletado, sobretudo quando começamos a sistematizar a "teoria do planejamento" contida nas

entrevistas. Ocorreu-nos, simultaneamente, a importância da dimensão política do planejamento. O argumento que então elaboramos pode ser reconstruído da forma seguinte:

— Parece correto afirmar que o planejamento bem sucedido supõe no mínimo duas condições: 1.) soluções técnicas adequadas; isto é, não se constrói um viaduto onde estudos indicam uma passagem de nível como alternativa mais correta; 2.) as soluções propostas devem ser técnica, financeira e economicamente viáveis. Estas condições não surgem todas a um só tempo, mas cada qual pode requerer um período próprio de maturação. Nem há porque supor que haja uma ordem necessária na seqüência em que tais condições se dão. Por exemplo, alguns problemas encontram solução técnica em prazo mais curto que outros e pode suceder que existam recursos financeiros para a implementação de algumas soluções e não outras. Em síntese, a idéia — inteiramente nova para nós — era a de que o planejamento é um conjunto de decisões e ações tomadas e implementadas ao longo do tempo, cada qual ao tempo de maturação das condições que as tornam possíveis e sem um ordenamento necessário da seqüência, embora possa suceder que uma decisão ou ação na cadeia constitua condição para outras ao longo do tempo. O que torna esta seqüência de decisões e ações algo mais que um conjunto desordenado e aleatório é a existência de um sistema de diretrizes, de vetores mais gerais que incorporam a preferência de certos agentes por um estado futuro mais desejável e de perfil mais ou menos claramente definido. Que num determinado tempo, de difícil previsão, a soma das soluções anteriormente implementadas resulte na configuração de uma fisionomia urbana inédita e qualitativamente superior é algo necessário, embora a nova qualidade de vida urbana seja mais "vívda" do que percebida pela população no seu quotidiano. Normalmente, o aspecto "visível" do planejamento está constituído pela implementação de soluções monumentais, espetaculares ou suficientemente radicais para alterarem momentaneamente o ritmo da atividade da aglomeração urbana.

— Ainda com relação às duas condições anteriormente mencionadas, não havia porque supor fosse privilégio de Curitiba a operação de algum processo inédito de chegar a soluções técnicas mais adequadas para problemas de crescimento urbano, ou que a competência dos seus técnicos para descobrir tais soluções fosse maior do que, por exemplo, a dos técnicos paulistas para solucionar os problemas da Grande São Paulo; e nem havia igualmente razões para supor que os problemas da Grande São Paulo ou do Grande Rio persistissem pela inviabilidade técnica, financeira ou

econômica das soluções propostas. Se a escala da problemática urbana nestes dois grandes centros é amplamente superior à de Curitiba, também o é a escala dos recursos técnicos e financeiros disponíveis, mantendo-se a proporcionalidade. Em princípio, pois, e em termos de disponibilidade de recursos técnicos e financeiros Rio e São Paulo deveriam ser capazes de alcançar sucesso idêntico ao de Curitiba em seu planejamento. Que não o sejam — ou não tenham sido — apenas sugere que o conhecimento de quais sejam as soluções adequadas e a posse de recursos diferenciados e em volume suficiente não garantem que aquelas soluções sejam *implementadas*. Na verdade, a experiência brasileira demonstra a sociedade que a disponibilidade de recursos não tem impedido o arquivamento de planos urbanísticos tecnicamente corretos e viáveis, ao mesmo tempo em que se permite a deformação da fisionomia urbana das cidades e o agravamento dos problemas decorrentes de seu crescimento desordenado. Uma hipótese razoável era, portanto, a de que a dimensão relevante na explicação do sucesso ou fracasso de experiências de planejamento seria de natureza essencialmente *política* em seus aspectos mais genéricos. A escolha de um estado futuro desejável dentre os vários possíveis e a seleção das soluções a serem implementadas nos diversos tempos constituiriam decisões orientadas não exclusivamente por critérios de racionalidade técnica ou econômica, mas essencialmente condicionadas por fatores políticos.

A Reconstrução do Processo

Era evidente a desproporção entre o volume de informações de que dispúnhamos e o que deveríamos ter para sermos capazes de reconstruir tão precisamente quanto possível a história do planejamento curitibano. A cronologia dos marcos técnicos e físicos — estudos, planos, diretrizes, leis específicas e obras — do planejamento era menos problemática, e apenas com os documentos coletados na primeira expedição exploratória já era possível encaixar algumas peças e formular idéias com grau variável de precisão, a respeito do que deveriam ser as ausentes. A seqüência de cronogramas da estruturas administrativa do município permitiam igualmente acompanhar as transformações havidas ao longo do tempo: a eliminação de alguns órgãos ou departamentos e a criação de outros, a sua localização em níveis distintos da hierarquia ou até mesmo mudanças no nome de outros sugeriam inferências, ainda que provisórias, a respeito do processo administrativo subjacente. Da mesma forma, os relatórios financeiros das diversas administrações formavam uma seqüência temporal comple-

ta, o que permitia observar oscilações das receitas e despesas das principais agências municipais, sobretudo as direta ou indiretamente vinculadas ao planejamento urbano, a composição variável de ambas e, de forma geral, o estado da saúde financeira do município.

A ignorância permanecia, entretanto, intacta quanto à dimensão política do processo. Quais haviam sido seus personagens principais? Que posições ocupavam e em que estrutura? Que recursos controlavam e em que montante? Que atitudes adotaram ou que curso de ação implementaram? Em aliança com quem? Em oposição a quem ou a que? De sua atuação que conseqüências resultaram? Que interesses articulavam? Em síntese, tínhamos uma multidão de questões, nenhuma resposta e tampouco indicações de como obtê-las através de outra exploração *in loco*. Foi quando decidimos incorporar à equipe o arquiteto-urbanista.

A circunstância mais notável com relação à sua participação e contribuição à pesquisa consistiu em que ele ocupara cargo técnico de alta responsabilidade na equipe de planejamento de Curitiba durante uma etapa decisiva do processo. E a expectativa inicial fora a de que na qualidade de especialista em urbanismo com conhecimento do caso ele contribuísse com um estudo dos aspectos técnicos do planejamento. O que realmente veio a suceder.

O que não havia sido cogitado fora a sua participação também na qualidade de *informante* para os demais componentes da equipe, capaz de fornecer por seu depoimento material tão genuíno e relevante quanto qualquer outro personagem já entrevistado ou a ser entrevistado. Poderíamos obter por esta forma uma outra versão dos fatos, provavelmente mais objetiva devido ao distanciamento que o informante já alcançara em relação aos acontecimentos. De qualquer forma, uma versão também sujeita a verificações posteriores. Frequentemente, entretanto, ocorrem que através deste colega utilizássemos, de maneira indireta e obviamente não muito ortodoxa, o método da *observação participante*: afinal, ele acompanhara os fatos no exato momento em que sucediam, convivera com os principais agentes do planejamento, recordava seu discurso e codificara sua retórica no próprio momento da emissão, tivera acesso a reuniões de conselhos e diretorias. Enfim, estivera no centro dos acontecimentos. E seria em várias oportunidades no decorrer da pesquisa os nossos olhos e ouvidos com relação a fatos que não presenciáramos e desconhecíamos integralmente.

Por escrito e verbalmente obtivemos deste novo membro da equipe uma versão reconstruída, tão pormenorizada quanto possí-

vel, da história do planejamento urbano de Curitiba. Tanto quanto me recordo, esta reconstrução tomou corpo em etapas, parte após parte, cada qual elaborada em torno de um fato ou tópico específico. Por exemplo, a questão de como foi criado o IPPUC resultava numa reelaboração parcial da história, o que normalmente revelava novos fatos ou descobria personagens inéditos. Como era de se esperar, os juízos de valor eram parte relevante do relato e forneceram indicações preciosas sobre o caráter e motivações dos personagens, sobre o sentido e conseqüências de suas decisões e ações. Podíamos, entretanto, questionar estes juízos com a sem-cerimônia que a situação permitia, rever o depoimento quantas vezes julgássemos necessárias, solicitar esclarecimentos adicionais ou levantar suspeição quanto às avaliações e julgamentos sem incorrer nas dificuldades e riscos que limitam o desempenho do entrevistador e entrevistado em contextos onde a relação entre ambos é a de uma interação entre *outsider* e *insider*, entre estranhos que se defrontam numa situação interativa rigorosamente negociada. Em nosso caso, éramos todos integrantes de uma mesma equipe, com a diferença de que assumíamos, temporariamente e por períodos curtos e descontínuos, os papéis de entrevistador e de informante com a consciência de estarmos usando a "representação" como recurso metodológico.

Seja como for, obtivemos desta forma um volume de informações factuais que dificilmente poderia ter sido acumulado com o mero trabalho de campo. Passávamos a dispor principalmente de uma listagem exaustiva de personagens satisfatoriamente caracterizados quanto à sua formação profissional, trajetória ocupacional, vínculos de amizade ou lealdades políticas. Em duas outras visitas a Curitiba pudemos entrevistar a maioria deles e colher as versões pessoais de sua própria participação e sobre a dos demais, esclarecer pontos obscuros pela comparação de depoimentos ou simplesmente solicitar informações novas. Em contraste com as entrevistas gravadas na expedição pioneira, estas outras ajustavam-se a um formato mais estruturado. O conhecimento adquirido permitiu-nos elaborar um protocolo mais definido e um grau maior de objetividade e especificidade na formulação das questões. Ainda assim, permitimos aos entrevistados uma margem de liberdade suficiente para encaminhar questões que julgassem relevantes segundo critérios individuais. Três ou quatro pessoas voltaram a ser entrevistadas uma segunda vez.

Todo este trabalho foi sendo executado numa ordem nada linear e de entremeio com outras tarefas. As questões relativas ao conflito dos níveis de governo — municipal, estadual e federal —

começaram a despontar e o quarto membro da equipe foi incorporado para estudá-las; e no rastro delas vieram as relativas à institucionalização da região metropolitana, o que determinou a inclusão do último elemento da equipe. Com estes acréscimos, novas formações fluíram e várias questões ainda obscuras foram obtendo resposta.

Quanto à reconstrução do processo compreendido dentro do período que identificáramos como o da "história" do planejamento urbano de Curitiba, parece-me hoje que avançamos simultaneamente de pontos diferentes e em planos paralelos, mas superpostos. Escolhendo eventos significativos — uma eleição ou deliberação importante, a criação de uma agência ou um episódio de confrontação entre atores centrais — desenvolvíamos simultaneamente vários temas, "para frente" e "para trás", na medida em que as formações fluíam. Era como montar um quebra-cabeças a partir de vários pontos, progredindo mais em alguns que em outros, até que todos convergissem para formar um padrão ou "desenho". O desenvolvimento destes temas avançava principalmente em discussões informais da equipe e as conclusões nem sempre eram colocadas no papel. Na verdade, tenho dúvidas a respeito de se saíramos estar, nestas ocasiões, elaborando um trabalho de reconstrução. Talvez seja mais exato dizer que tecíamos aos poucos a estrutura *básica* de uma versão da história, carente ainda de detalhes e repleta de espaços temporais vazios. As discussões dentro da equipe eram sobretudo um mecanismo pelo qual cada um comparava sua versão preliminar com a dos demais, encontrando pontos de convergência ou de divergência, fazendo retificações, experimentando seqüências alternativas de eventos. Mas obtínhamos sempre um substancial resíduo de percepções concordantes, de interpretações idênticas que iam se somando. A imagem analógica que me ocorre é a de um escritor que elabora as linhas básicas de um enredo dramático: os personagens carecem ainda de fisionomia distinta, de um perfil psicológico definido, os detalhes da ação e os enredos secundários e paralelos permanecem embrionários ou como meras possibilidades.

Da mesma forma como o desenvolvimento de um enredo se estrutura em capítulos ou atos — pelo menos no tipo clássico ou acadêmico de narrativa — definimos também nossa "unidade dramática". No caso, uma unidade de tempo significativa e relativamente curta; ou seja, cada uma das três administrações municipais compreendidas no período a ser reconstruído. Estou certo de que esta escolha não foi intencional ou premeditada. O mais provável é que os próprios dados tenham sugerido naturalmente esses

cortes temporais. Grande parte deles — relatórios financeiros, atas de reuniões de conselhos, organogramas, leis e códigos municipais — ajustava-se obviamente a essa periodização. Ademais, descobrimos que manipulávamos de forma mais ágil o considerável volume de dados e informações quando trabalhávamos unidade por unidade, cada qual bem delimitada no tempo, sobretudo porque lidávamos de cada vez com um número consideravelmente menor de informações e dados. E dentro de cada unidade — ou administração — ficava mais fácil estabelecer as relações entre eventos particulares nas dimensões financeira, técnica, administrativa e política. A reconstituição de cada período de gestão político-administrativa resultava num perfil ou padrão característico. E verificávamos que cada novo dado ou informação ajustava-se a este padrão, adquiria sentido dentro do conjunto, expandia-o e por isso mesmo confirmava-o.

Finalmente, ao juntarmos em sua ordem cronológica as três unidades reconstituídas emergiu o padrão mais amplo do processo estudado. Percebia-se claramente que cada unidade constituía uma fase ou etapa do processo. A primeira, de *institucionalização* do planejamento, foi a fase da decisão de planejar, da construção de suporte político para a empresa, do estabelecimento de compromissos irreversíveis com o planejamento e da montagem dos instrumentos e estratégias requeridos; a segunda, de *transição*, é a fase dos conflitos e processos de acomodação decorrentes da introdução das “inovações” de planejamento no sistema social; finalmente, a terceira é a fase da *implementação*, quando a fisionomia urbana começa a ser efetivamente modificada. Distinguimos ainda uma fase de *condições prévias* (de 1943 a 1963), sobretudo de ordem técnica e cultural. Não a reconstituímos, mas deixamo-la caracterizada por seus aspectos mais determinantes com respeito ao planejamento. Esta fase constituiria, digamos, a pré-história do planejamento urbano em Curitiba.

No conjunto, havíamos conseguido montar uma versão coerente e consistente do “caso de Curitiba”. Como ocorre normalmente em pesquisas de tipo qualitativo, o critério central para julgar a validade da versão era o sentimento de que o conjunto “fazia sentido”. Cada fase adquiria significado quando apreciada no contexto global da reconstrução, e fatos ou acontecimentos particulares podiam ser explicados em termos de sua articulação com outros fatos dentro de uma ou mais fases. Por exemplo, o isolamento a que fora forçado o IPPUC na fase de *transição*, quando por fatores políticos o Departamento de Obras passou a ocupar a posição de liderança na condução do planejamento, explica em

grande parte o “sucesso” da fase de *implementação*, período em que Curitiba ganhou projeção nacional. Esta marginalização da agência do Plano permitiu à sua equipe desenvolver uma intensa atividade de elaboração de estudos técnicos, projetos e programas, o que permitiu à administração seguinte, afinada com o corpo de profissionais do IPPUC, passar imediatamente à implementação. Outro fato que a versão reconstituída ressaltava era o surpreendente grau de autonomia financeira de Curitiba com relação a entidades federais ligadas ao planejamento urbano, o que possibilitou às sucessivas administrações municipais escapar aos complicados procedimentos metodológicos e exigências normativas impostos como condição de financiamento. Isto permitiu ao planejador curitibano uma considerável flexibilidade de ação e a plena utilização de seu profundo e genuíno conhecimento da cidade, em nenhum momento constringido pelos requisitos de uma metodologia absoluta.

Várias conexões deste tipo vieram a compor boa parte do Relatório Final, que terminava com algumas recomendações de política. Mas o que emergiu de mais importante do processo de reconstituição e análise do “caso de Curitiba” foi a compreensão de que o planejamento tem uma dimensão política ineludível que condiciona os aspectos técnicos.

O Planejamento como Política

Os teóricos do planejamento são viciados na prática de um raciocínio extremamente simplista que consiste em catalogar fatores favoráveis de um lado, e de outro os desfavoráveis. Estas simplificações levam quase sempre a análises distorcidas por instâncias da chamada “falácia funcionalista”: se determinada experiência de planejamento obtém sucesso é porque atuaram os fatores positivos; em caso contrário, os negativos. O receituário dos planejadores urbanos é abundante nestas taxonomias, com o que se perde a perspectiva de que o necessário é a especificação da dinâmica da interação entre fatores favoráveis e desfavoráveis da qual resultam processos reais de planejamento, bem ou mal sucedidos.

Note-se ainda a tendência em arrolar os fatores políticos na categoria dos condicionamentos negativos. E neste particular o “caso de Curitiba” é ilustrativo. O que deu notoriedade à experiência curitibana foram as soluções técnicas aplicadas ao problema da expansão urbana, ainda que constituíssem o aspecto menos original do experimento. No entanto, o que há de notável no “caso de Curitiba” é que tais soluções puderam ser implementadas en-

quanto propostas técnicas igualmente corretas têm abortado em outros centros urbanos. Não é a *técnica do planejamento* o aspecto mais relevante do processo, mas a *política do planejamento*.

O fato de que a dimensão político-institucional não tenha despertado o mesmo interesse — se é que despertou algum — deve-se, provavelmente, à noção tão cara à mentalidade tecnicista de que a política constitui elemento de "irracionalidade" não sendo, pois, susceptível de ser listada entre os fatores responsáveis pelo planejamento bem sucedido. Daí se inferiu ou que não houve política no planejamento curitibano, ou que houve a "boa política", raciocínio que exemplifica bem a "falácia funcionalista". Ora, a política não é sempre, e nem necessariamente, incompatível com o planejamento. Pelo contrário, ela representa um necessário mecanismo de correção pelo qual se assegura que a "racionalidade" do plano não exceda o nível de racionalidade possível dentro de um dado contexto social. Nestes termos, a política é quase sempre um fator de acréscimo nas probabilidades de sucesso do plano ao forçar o planejador a abandonar a atmosfera rarefeita nas soluções abstratas, da racionalidade sem referente empírico. E na mesma proporção em que o planejamento se viabiliza por tomar em consideração os condicionamentos políticos, ele introduz taxa considerável de racionalidade no sistema político.

De princípio, qualquer plano que aspire viabilizar-se terá de ser, necessariamente, o resultado de um compromisso político. Um plano é uma proposta normativa e, portanto, uma *policy*. Ele abolve certos problemas e negligencia outros, propõe determinadas alternativas e não outras, especifica certos instrumentos e não outros. E essas preferências têm pouco a ver com a aplicação de critérios técnicos de decisão. Antes, elas têm a ver com a *politics*, isto é, com o sistema de forças políticas que prevalece em dado momento num contexto social particular. Neste cenário, a técnica apenas serve à *politics* na formulação e implementação da *policy*. E tanto é assim que, fosse outra a composição de forças, também a esta não faltaria o suporte técnico para justificação da *policy* resultante. Ao recrutar seus técnicos, os governantes, a qualquer nível, não escolhem os melhores entre os melhores, mas os melhores entre seus correligionários.

Mas o compromisso que dá suporte à *policy* — ao plano — é sempre, ou quase sempre instável. Daí que o plano realmente implementado raramente seja idêntico ao proposto. As alterações introduzidas podem ser extensas e profundas ao ponto de desfigurar o plano original, tal como pode suceder até mesmo que se "arquitue" o plano original quando lhe falta suporte político. E esta insta-

bilidade, ao contrário do que se pensa, não termina com o início da fase de implementação. Pelo contrário. Devido ao seu caráter genérico e mais ou menos abstrato, é mais fácil formar um grau satisfatório de consenso em torno do plano exatamente na fase de formulação inicial. Na etapa de implementação, todavia, as intenções do plano são operacionalizadas em termos de alocação de recursos financeiros, de poder e influência; posições técnicas e administrativas com capacidade de comando devem ser distribuídas, recursos orçamentários serão alocados, relações de comando e subordinação haverá de ser estabelecidas. Em síntese, alguns ganharão mais que outros, e a barganha política poderá alterar substancialmente a definição do que está ou não implementado. Dito de outra forma, a integridade maior ou menor do plano — a extensão das alterações introduzidas — dependerá de quanto suporte a "coalisão do plano" conseguirá mobilizar.

Reavaliando a Ignorância

A referência anterior à dimensão político-institucional do planejamento é pertinente também num outro sentido. Estou persuadido de que fosse eu um especialista e ela me teria escapado irremediavelmente, assim como a perspectiva "histórica" que nos levou à reconstrução do "caso de Curitiba", ambas de importância crucial no entendimento do processo de planejamento.

Este ponto tem a ver com a menção à ignorância específica e absoluta nas primeiras páginas deste artigo. Realmente, eu nada conhecia sobre o planejamento urbano em Curitiba. E quanto ao planejamento na acepção genérica do termo?

Bem, qualquer sociólogo sabe alguma coisa sobre processos decisórios, exercício de poder, relações interorganizacionais, processos de influenciamento, comportamento burocrático ou recursos de legitimação de autoridade. Mais exatamente: qualquer sociólogo conhece teorias ou fragmentos de teorias sobre estas coisas. Uns saberão mais sobre algumas delas do que sobre outras, mas o importante é que dispõem de uma bagagem conceitual que se refere a estes fatos ou processos num nível de abstração relativamente alto, assim como de um elenco de proposições genéricas — generalizações empíricas — que estabelecem as conexões destes fatos ou processo com outros, ou entre componentes de um mesmo fato ou processo. É assim, por exemplo, que a categoria "processo decisório" é um instrumento analítico que o sociólogo aplica na compreensão de coisas aparentemente tão díspares como a elaboração de um orçamento e processos de expansão de uma empresa, o planejamento de uma cidade e uma eleição presidencial. Em suma, o

que desejo dizer é que, qualquer que seja o fato particular em estudo, o processo de entendê-lo consiste sempre numa operação de "traduzir" o conhecimento imediato para a linguagem da disciplina. Em outros termos, esta "tradução" consiste em aplicar conceitos, por definição genéricos e abstratos, a eventos particulares, e em subsumir as conexões internas e externas destes eventos nas generalizações empíricas.

Se este argumento é correto, o que se requer do sociólogo é, em primeiro lugar, um conhecimento tão sólido quanto possível da sua disciplina: a bagagem conceitual, as construções teóricas, os modelos analíticos e o resíduo de conhecimento acumulado através de investigações empíricas. Quanto mais sólido e vasto este conhecimento, maior sua capacidade de "traduzir" — isto é, de analisar e explicar — uma gama mais vasta de fatos ou processos particulares. Parece claro, por outro lado, que dispendo deste tipo de formação o corpo teórico da disciplina já fornece ao pesquisador, desde o início da investigação, um contexto de interpretação do objeto em estudo. Ou seja, desde o primeiro contato com o objeto de estudo o pesquisador já traz articulado um conjunto de categorias analíticas que constituem uma primeira e provisória "tradução" para a linguagem da sociologia. De certa forma, o pesquisador já conhece alguma coisa sobre aquele objeto antes mesmo de dar início à investigação. Por exemplo, chamásemos ou não de "planejamento" o que sucedia em Curitiba — e a designação do processo é até certo ponto irrelevante — o fato é que se tratava, entre outras coisas, de indivíduos tomando decisões, de organizações interagindo num contexto conflitivo ou cooperativo segundo as circunstâncias, de atores que influenciavam e eram influenciados, de agências burocráticas disputando recursos escassos dentro da administração municipal. E com relação a estas coisas e suas conexões a sociologia conta com um acervo respeitável de formulações teóricas e de conhecimento empírico. Neste sentido, "planejamento" não era um processo que desconhecêssemos inteiramente, ou sobre o qual não tivéssemos concepções articuladas, ainda que provisórias.

Em suma, para nós a questão resumia-se em "especificar" um processo social particular — o "planejamento" — a partir de um conhecimento genérico sobre processos sociais em geral. Creio que esta é a operação básica de que se utiliza a maioria dos sociólogos generalistas, e neste sentido a "ignorância específica" é a regra, não a exceção. Nem constitui um tipo de deficiência. Pelo contrário, e se tomarmos como modelo os grandes mestres da sociologia clássica e contemporânea, é possível afirmar que uma sólida formação na disciplina produzirá quase sempre um generalista.

Este é, por assim dizer, o indivíduo especializado em sociologia, não neste ou naquele assunto particular. Ele é, por definição, um "ignorante específico". O especialista é, inversamente, o sociólogo que perdeu pé em sua disciplina e reduziu o alcance de sua visão analítica dos processos sociais. Creio mesmo que a especialização de conhecimento — em temas, tópicos ou áreas — produzirá quase sempre um técnico ou algo muito próximo disto. É ilustrativo desta afirmação o fato de que na área da teoria organizacional, por várias razões tão vulnerável à tendência à especialização e ao tecnicismo, as contribuições mais fecundas e duradouras tenham sido produzidas por sociólogos generalistas que, por exemplo, através de Weber mantêm sólidos vínculos com a tradição teórica da sociologia. Os que romperam o vínculo se especializaram e não raras vezes se estabeleceram na área da consultoria técnica. São eles os "conhecedores específicos" e "ignorantes genéricos".

Uma Satisfação à Metodocracia

Finalmente, haveria ainda algo a dizer quanto à metodologia empregada no "projeto Curitiba". Pensando bem, não tivemos nenhuma preocupação com nenhuma questão metodológica ou de técnica durante o decorrer da pesquisa. Procedemos como qualquer indivíduo ou grupo que tem um problema à mão e que trata de solucioná-lo da melhor forma possível tendo em vista as condições e recursos disponíveis. Isto quer dizer que por comparação com as prescrições dos manuais de metodologia somos culpados de um número de heresias metodológicas suficiente para despertar os furros dos puristas e a cassação de nossos direitos profissionais pela metodocracia.

Nas entrevistas, por exemplo, simplesmente ligávamos o gravador — se o entrevistado não solicitasse o contrário — e fazíamos nossas perguntas da forma mais natural possível. Tanto quanto me recordo, todos entendiam perfeitamente o objetivo e o conteúdo de cada questão; quanto a nós, não tínhamos dificuldade alguma em entender as respostas. Se sentíamos que algo não ficava bem claro pelo conteúdo da resposta obtida, simplesmente tentávamos ser mais claros na repetição da pergunta. Muitas vezes o próprio entrevistado solicitava esclarecimentos. Enfim, o comportamento de ambas as partes era o de pessoas em bom estado de saúde mental, medianamente inteligentes e educadas, com domínio satisfatório do português corrente e interessadas em estabelecer e manter um clima de adequada cordialidade. Não nos esforçamos em ser espertos demais, nem os entrevistados em serem cínicos em demasia. Nestas circunstâncias, eu não saberia o que

fazer com a parafernália de princípios e normas de técnicas de entrevista que foram criadas para extrair informações que não interessam ao pesquisador e que o entrevistado resiste em fornecer (ou que forneceria se fosse solicitado a fazê-lo de forma direta e natural).

Nem nos preocupamos em estabelecer regras ou princípios de validação das informações. Entretanto, estou convencido de que todas foram checadas de alguma forma que nos pareceu satisfatória. Inferências foram exaustivamente examinadas em debate dentro da equipe de pesquisa, hipóteses de causalidade não eram aceitas sem passar pelo crivo da crítica de cada pesquisador, e interpretações de fatos ou processos particulares eram submetidas à prova do confronto das divergências. Mas tudo isso de forma natural, sem os constrangimentos de uma "consciência metodológica" a pesar nas decisões. Enfim, praticamos a metodologia possível, sem o compromisso de obedecer a qualquer das metodologias codificadas pelos manuais.

O processo todo foi algo desordenado e ilógico, pelo menos se julgado pelos critérios da "lógica reconstruída", para utilizar o conceito de Kaplan. Mas creio que é exatamente a esta desordem e falta de lógica aparentes o que ele chama de "lógica-em-uso". E é esta que deveria ser o objeto da avaliação do metodólogo crítico dos procedimentos de pesquisa. Entretanto, como transmitir-lhe esta "lógica-em-uso"?

A tarefa é relativamente fácil quando se trata da pesquisa de tipo quantitativo, cujos procedimentos já se encontram satisfatoriamente codificados e sistematizados. A transcrição de uma escala, a descrição do processo de construção de um indicador, a comparação entre a verbalização das hipóteses a serem verificadas e as equações de regressão correspondentes, tudo isto constitui a matéria sobre a qual se debruça a crítica metodológica. Ela se torna possível porque a reconstrução da "lógica-em-uso" na pesquisa quantitativa é mais fácil e fidedigna. Trata-se de uma "lógica-em-uso" razoavelmente sistematizada. Na pesquisa qualitativa a questão não é tão simples.

Um exemplo dessa dificuldade são as páginas anteriores deste artigo. Relendo-as percebo a enorme distância que vai do relato da experiência à própria experiência, e não há nada que eu possa fazer para remediar o fato de que no passo de uma à outra esvaiu-se da memória a "lógica-em-uso"; ou melhor, dela sobraram apenas os aspectos mais estruturados, fração mínima do fluxo de intuições, sentimentos, percepções e idéias que constitui o módulo central da "lógica-em-uso". E ainda que em vários pontos eu in-

sista no caráter algo desordenado do processo da pesquisa, ficou-me também a impressão de que não é exatamente isto o que transmito na reconstrução da experiência. Finalmente, receio que algum leitor pergunte pelos erros e desacertos que fazem parte da experiência de investigação. Realmente, o relato está limpo deles, mas a razão para isso provavelmente está em que erros e acertos não têm seu momento próprio no fluxo da pesquisa qualitativa. A percepção do erro e os mecanismos de correção confundem-se num tempo comum, e neste sentido o produto final parece ser o resultado apenas dos acertos.

Em síntese, se existe uma esfera de atividade em que a sociologia aproxima-se mais da arte que da ciência, esta é a área da pesquisa qualitativa. Aí é certo que se encontra a dimensão estética da disciplina, algo que os sociólogos da vertente etnometodológica e do interacionismo simbólico conhecem à sociedade.

O importante é dizer, contudo, que esse fato não desmerece nem a arte, nem a sociologia. Muito pelo contrário.